



**"BRASIL - DO CABURÁ AO CHUÍ"**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO FINAL E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

**PARECER DO RELATOR**

Nos termos do ART.69, inciso III, do regimento interno desta casa legislativa, passo a emitir o parecer do relator desta comissão permanente, sobre o **PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 300/2025**, de 25 de setembro de 2025, de autoria do vereador **PROF.º DR. THIAGO REIS** que dispõe sobre: **"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ADEQUAÇÃO DOS ITINERÁRIOS E HORÁRIOS DO TRANSPORTE COLETIVO ÀS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO, PÚBLICAS E PRIVADAS, NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Nos termos do artigo 30, inciso I, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local. O conceito de "interesse local" deve ser compreendido dentro de um contexto mais amplo, abrangendo toda matéria que possua relevância preponderante para o Município, em relação aos demais entes federativos. Assim, não se trata de competência isolada, mas de prerrogativa constitucional voltada à efetivação das políticas públicas que impactam diretamente a vida da população local.

O projeto em análise, que institui a **Política Municipal de Adequação dos Itinerários e Horários do Transporte Coletivo às Necessidades das Escolas de Ensino Fundamental e Médio**, insere-se com clareza no âmbito da competência legislativa municipal. A proposta busca aprimorar o sistema de transporte urbano, promover a mobilidade sustentável e atender às demandas específicas da comunidade escolar, reforçando princípios como a **função social da cidade**, a **eficiência administrativa** e o **desenvolvimento urbano sustentável**.

A Constituição Federal, em seu artigo 182, dispõe que a política de desenvolvimento urbano é de competência do Poder Público municipal, devendo ser executada com o objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Ademais, o artigo 23, incisos IX e XII, estabelece competência comum à União, aos Estados e aos Municípios para promover programas de transporte e de educação para o trânsito, o que reforça a legitimidade da atuação do Município e a adequação da proposição à repartição constitucional de competências.

No tocante à **iniciativa parlamentar**, a matéria também se mostra constitucional. Conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal, especialmente no julgamento do **ARE 878.911 (Tema 917 da Repercussão Geral)**, não há usurpação da competência privativa do Poder Executivo quando o parlamentar propõe política pública que **não cria cargos, funções, nem altera a estrutura administrativa ou o regime jurídico de servidores**.

No presente caso, o projeto não cria qualquer obrigação financeira ou administrativa nova, tampouco modifica a estrutura da Administração Pública. A proposta limita-se a **autorizar a implementação de política pública de adequação dos itinerários e horários do transporte coletivo**, utilizando-se da estrutura já existente da Secretaria Municipal de Transportes e da Superintendência Municipal de Trânsito. Dessa forma, não há violação ao princípio da separação dos poderes, sendo plenamente preservada a autonomia administrativa do Executivo.

O entendimento encontra amparo em recentes precedentes do Supremo Tribunal Federal, como o **RE 1.497.273/SP**, Rel. Min. André Mendonça (DJe 09/10/2024), e o **ARE 1.447.546/GO**, Rel. Min. Edson Fachin (DJe 17/06/2024), que reconhecem a validade de normas parlamentares que instituem políticas públicas sem alterar o organograma da Administração, desde que se valham de estruturas já existentes.



**"BRASIL - DO CABURAI AO CHUI"  
CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA  
COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA, REDAÇÃO FINAL E LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

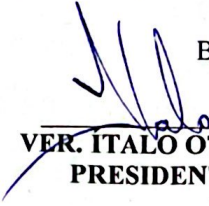
---

Destaco, contudo, que a verificação técnica da consistência dos dados apresentados cabe aos órgãos competentes do Executivo e à **Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle (COF)** desta Casa Legislativa, a quem compete examinar o mérito financeiro e orçamentário da matéria.

Diante do exposto, **OPINO PELA CONSTITUCIONALIDADE, LEGALIDADE E REGULAR TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI**, por entender que está em conformidade com os preceitos constitucionais e legais que regem a matéria, cabendo aos nobres vereadores a análise quanto à conveniência e oportunidade de sua aprovação.

**É O PARECER.**

BOA VISTA/RR, 24 DE OUTUBRO DE 2025.

  
**VER. ITALO OTÁVIO  
PRESIDENTE**